

**FACULDADE DO MÉDIO PARNAÍBA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

DENILSON DE OLIVEIRA DA SILVA

**A INSERÇÃO DE PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: Uma revisão bibliográfica.**

**CHAPADINHA
2017**

DENILSON DE OLIVEIRA DA SILVA

**A INSERÇÃO DE PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: Uma revisão bibliográfica.**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

**CHAPADINHA
2017**

**FACULDADE DO MÉDIO PARNAÍBA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

DENILSON DE OLIVEIRA DA SILVA

**A INSERÇÃO DE PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: Uma revisão bibliográfica.**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Luís Augusto Candeira Silva (Orientador)

1º Examinador

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em primeiro lugar a Deus por nos ter dado o dom da vida e a sabedoria nos momentos certos. Aos nossos familiares, pais, irmãos e amigos por serem nosso apoio em momentos difíceis e a base de nossa formação.

Agradecemos também aos nossos colegas de curso pelo companheirismo, aos nossos professores por terem sido a base de nossa formação acadêmica e a toda equipe da Faculdade do Médio Parnaíba.

“Aprender é a única coisa que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende.”

RESUMO

Para a realização desta pesquisa levantou-se o seguinte questionamento “Como ocorre à inclusão de alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física?” O objetivo central versa sobre compreender como se dá a inserção de crianças com síndrome de Down nas aulas de educação física; identificar as dificuldades que os professores enfrentam; analisar a realidade educacional destas crianças nas escolas, a disponibilidade de recursos e preparação dos profissionais; e perceber a importância da educação física inclusiva para os portadores de Síndrome Down. Ela está embasada, sobretudo, nos documentos oficiais que regem a educação e em autores que discorrem sobre a Inclusão, a Educação Física Inclusiva, e os processos de inclusão de portadores de SD. Possui caráter bibliográfico, realizada através da leitura e análise de obras que versam sobre a temática. Quanto aos resultados, nota-se a necessidade da reconstrução das práticas pedagógicas e das concepções, socialmente aceitas, sobre a inclusão para que de fato ela se instaure. Sendo o primeiro com finalidade de pesquisar a concepção e contribuição do Estado da Arte para a pesquisa aqui mencionada.

Palavras-chave: Educação Física, Educação Física Inclusiva e Síndrome de Down.

ABSTRACT

In order to carry out this research, the following question was raised: "How does the inclusion of students with Down Syndrome in Physical Education classes?" The main objective is to understand how the insertion of children with Down syndrome occurs in education classes physical; identify the difficulties teachers face; analyze the educational reality of these children in schools, availability of resources and preparation of professionals; and realize the importance of inclusive physical education for people with Down Syndrome. It is based, above all, on the official documents that govern education and on authors who talk about Inclusion, Inclusive Physical Education, and the processes of inclusion of SD. It has bibliographical character, realized through the reading and analysis of works that deal with the subject. As for the results, it is necessary to reconstruct the pedagogical practices and conceptions, socially accepted, about inclusion so that it can be established. Being the first with the purpose of researching the conception and contribution of the State of the Art to the research mentioned here.

KEYWORDS: Physical Education, Inclusive Physical Education and Down Syndrome.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Quantificação geral de publicações nos sites especializados.

Quadro 2– Relação da quantidade anual de artigos com tema correlatos entre 2012 – 2017.

Quadro 3– Relação da quantidade anual de artigos com tema correlatos entre 2012 – 2017 disponibilizados pelo site da Capes.

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	10
2. LEVANTAMENTO DE ESTUDOS RELACIONADOS À TEMÁTICA	12
2.1 Google Acadêmico – (SCHOLAR)	14
2.2 ScientificElectronic Library Online – (SciELO)	15
2.3 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES)	16
3. EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA HISTÓRIA	18
3.1 Sobre a legislação que ampara o ensino de Educação Física	20
3.2 Educação Física Inclusiva	23
4. CONCEITO DE SÍNDROME DE DOWN	26
4.1 Portadores de Síndrome de Down e sua inserção no ensino regular	28
4.2 Dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física no ensino de portadores de Síndrome de Down	30
5. Metodologia	33
5.1 Tipo de pesquisa	34
5.2 Universo e amostra	35
5.3 Instrumentos de coletas de dados.....	36
6. Considerações finais	37
7. Referências	38

1. INTRODUÇÃO

Atualmente a discussão a cerca das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) está em voga e sendo vinculada em todos os meios de comunicação como, por exemplo: televisão, jornais, revistas e livros. Esta maior abordagem ao tema dar-se pela necessidade de uma reflexão a cerca da inclusão dessas pessoas em todos os meios sociais.

No Brasil, a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais surgiu no início da década de 90, seguindo os princípios desenvolvidos pela Declaração de Salamanca (1994) que é utilizada como um suporte pedagógico, pois apresenta linhas de ação que objetivam a garantia de igualdade e contribui para o desenvolvimento do processo inclusivo.

A partir, desta visão a deficiência passa a não constituir-se de um empecilho para o acesso à educação, e a escola deve adaptar-se para recebe-la e atender suas necessidades. Desta forma, o processo de inclusão de pessoas com Síndrome de Down nas escolas de ensino regular pressupõe condições que o subsidie de forma a suprir as necessidades educacionais destes sujeitos e propiciar um ambiente acolhedor e estimulante ao processo de ensino-aprendizagem.

A Síndrome de Down é considerada a alteração genética mais recorrente em todo o mundo, estando presente em todas as classes sociais, raças e nacionalidades, as causas desta alteração, ainda são desconhecidas, sabe-se apenas que não existe responsabilidade do pai ou da mãe, ou seja, qualquer casal pode conceber um filho com Síndrome de Down, no entanto, existem exames que previnem o nascimento de pessoas com tal problema.

A escola deve ser um local de promoção do ensino e peça fundamental à formação do individuo, para que estes estejam aptos a serem sujeitos críticos podendo assim desempenhar seu papel na sociedade. Leis como a LDB lei 9394/96 garantem uma educação de qualidade para todos, assim como também assegura a constituição de 1988.

No que se refere à educação inclusiva, ela pode ser conceituada como o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na escola regular No entanto, uma escola regular só se

torna inclusiva quando se reestrutura, física e pedagogicamente para receber esses alunos e desenvolvê-lo em todas as suas dimensões.

A presente pesquisa, busca compreender como ocorre a inserção de crianças com síndrome de Down nas aulas de educação física, identificando as possíveis dificuldades encontradas pelos professores da disciplina neste processo. Estruturando-se da seguinte forma: uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo tem a finalidade de pesquisar a contribuição e implicação do Estado da Arte para a pesquisa. Está disposto em três subseções sendo a primeira intitulada: Google Acadêmico (SCHOLAR), na sequência Scientific Electronic Library Online (SciELO) e encerrando o capítulo recorreu-se ao repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O segundo capítulo, intitulado “Educação Física e sua história” visa compreender a história da educação física escolar, sua legislação e implicações no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Assim, para melhor entendimento do capítulo, ele está desenvolvido em duas subseções sendo elas: Sobre a legislação que ampara o ensino de Educação Física; e Educação Física inclusiva.

O terceiro capítulo versa sobre o “Conceito de Síndrome de Down”, objetivando apresentar as características e especificidades da síndrome e de seus portadores, além dos processos de inclusão destes alunos no ensino regular, especificamente nas aulas de educação física. Ele se estrutura em duas subseções, as quais são: Portadores de Síndrome de Down e sua inserção no ensino regular; Dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física no ensino de portadores de Síndrome de Down.

O quarto capítulo, dispõe sobre a análise metodológica da pesquisa, ou seja, todo o processo investigatório para sua realização. Ela se caracteriza como pesquisa bibliográfica, sendo realizada através da análise e aprofundamento do conhecimento sobre temática, baseando-se em fontes como: livros, artigos, teses, etc., objetivando uma revisão bibliográfica dos pressupostos teóricos existentes a respeito.

Por fim, as considerações finais onde se apresenta as constatações que resultaram da realização da pesquisa, enaltecendo as condições necessárias à inclusão dos alunos portadores de Síndrome de Down nas aulas de Educação Física, bem como as dificuldades e anseios que estes e os professores enfrentam neste processo.

2. LEVANTAMENTO DE ESTUDOS RELACIONADOS À TEMÁTICA

Buscou-se aqui realizar um levantamento quantitativo referente a bibliografias de produções acadêmicas científicas correspondentes às temáticas, utilizando as palavras chave – Educação Física, Educação Física Inclusiva e Síndrome de Down.

Optou-se para tanto por um recorte temporal de 2012 a 2017, utilizando-se a metodologia estado da arte ou estado do conhecimento. Recorre-se aqui aos repositórios institucionais especializados Google Acadêmico – (Scholar); ScientificElectronic Library Online – (SciELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES).

Cabe esclarecer que a metodologia denominada Estado da Arte ou estado do conhecimento completa seus 15 anos de desenvolvimento. Entre seus objetivos está o levantamento quantitativo bibliográfico, mapeando assim, as mais diferentes pesquisas realizadas em periódicos especializados ou repositórios de Instituições de Ensino, sejam estas públicas ou privadas, no âmbito de congressos, monografias, dissertações e teses de doutorado.

Tradicionalmente, as pesquisas do Estado da Arte são elaboradas por recorte temporal de 3 (três) a 5 (cinco) anos. Entendemos ser fundamental ter uma visão ampliada quantitativamente no que se tem produzido no Brasil.

Em outras práticas metodológicas do estado da arte, há investigações de caráter inventariado ou descritivo sobre as produções acadêmicas e científicas com objetivo de investigar à luz de teorias por meio de um conjunto de categorização conceitual a respeito do fenômeno a ser analisado.

É indiscutível que por meio deste levantamento de estudos relacionados evidencia-se a possibilidade de um olhar singular sobre as produções acadêmicas nos últimos anos. Tal metodologia, considerada ativa, nos possibilita um olhar interdisciplinar para um determinado saber, que se avoluma cada vez mais rapidamente e divulgá-lo para a sociedade.

De acordo com Romanowski (2002, p.15-16), para a realização de uma pesquisa do tipo estado da arte, são necessários os seguintes procedimentos:

- definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas; - localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos; - estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o corpus do estado da arte; - levantamento de teses e dissertações catalogadas; - coleta do material de pesquisa, selecionado junto às bibliotecas de sistema COMUT ou disponibilizados eletronicamente; - leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área; - organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações; - análise e elaboração das conclusões preliminares.

Desse modo, para melhor entendimento do leitor, optamos no primeiro momento por uma tabela com finalidade de demonstrar, de forma geral, a quantificação de artigos em repositórios especializados. Escolhemos os seguintes sites - Google Acadêmico – (Scholar); ScientificElectronic Library Online – (SciELO); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES)¹.

Além da prática tradicional de se realizar um levantamento bibliográfico, buscamos demonstrar através de quadro tabulado quantitativamente a hospedagem geral de artigos e livros sobre as temáticas: Educação Física, Educação Física Inclusiva e Síndrome de Down. Este levantamento está expresso no quadro 1.

Quadro 1– Quantificação geral de publicações nos sites especializados.

Site	Quantidade	Palavras-chave
Google Acadêmico – (Scholar);	2530	Educação Física, e Síndrome de Down
ScientificElectronic Library Online – (SciELO)	1320	Educação Física Inclusiva e Síndrome de Down
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES)	1132	Educação Física e Educação Física Inclusiva

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores – 2018.1

Os sites aqui pesquisados são os mais relevantes para nossa pesquisa, pois, encontramos monografias ou artigos científicos correlacionados à temática

¹ Esclarecemos que os três sites a serem pesquisados na página principal de cada um há orientações em como proceder nas pesquisas.

estudada. Isto contribuiu significativamente para melhor o fechamento do ângulo de pesquisa, assim favorecendo a delimitação do tema aqui proposto.

2.1 Google Acadêmico – (SCHOLAR)

O primeiro quadro abaixo tem por finalidade demonstrar quantitativamente os anos de publicações, quantidade de materiais relacionados ao ensino da música e por fim, as palavras mais recorrentes.

Quadro 2– Relação da quantidade anual de artigos com tema correlatos entre 2012 – 2017².

Publicações/Ano	Número de artigos	Palavras mais citadas
2012	1080	Educação Física e Síndrome de Down
2013	1400	Síndrome de Down
2014	1200	Educação Física Inclusiva e Síndrome de Down
2015	1000	Educação Física Inclusiva
2016	750	Síndrome de Down
2017	340	Educação Física
TOTAL	5970	---

Fonte: site da Google Acadêmico elaboração própria – 2018.1

Dentro destes trabalhos relacionados analisamos o artigo intitulado A Inclusão do aluno com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física das escolas de Ensino Regular de autoria Suzana do Socorro Bitencourt dos Santos, tendo como palavras-chave: Inclusão; Síndrome de Down; Educação Física A pesquisa de campo obedeceu à técnicas para coleta de dados com levantamento bibliográfico, observação. O tipo de estudo utilizado foi o explicativo, e a análise e interpretação dos dados, estão apresentados através da análise de conteúdo, seguindo uma abordagem qualitativa. A pesquisa utilizou como principais referenciais teóricos: Sassaki (1997), Soler (2002), Puechel (1993) e Mantoan (1993). A autora trata a inclusão social de pessoas com deficiência como uma questão muito complexa e cada vez mais crescente. Dentre as cromossomopatias humanas, a Síndrome de Down (SD) é a mais frequente, porém ainda é socialmente

²Pesquisa realizada no site da Google Acadêmico <https://scholar.google.com.br/>

vista com preconceitos, mitos e indagações. Sabendo-se que esse processo, desafia os sistemas sociais a realizar mudanças fundamentais em diversas esferas da sociedade. Deste modo a inclusão de crianças com Síndrome de Down pode ser uma atitude que gere novos pensamentos e transformações sociais. Compreende-se portanto que a escola é um espaço social de promoção de mudança sociais. Diante dessas abordagens, a presente pesquisa buscou responder ao seguinte problema: Como ocorre o processo de inclusão nas aulas de Educação Física da escola Prof.^a Celina Anglada? O objetivo deste estudo foi analisar a problemática da inclusão de crianças com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física na rede regular de ensino.

A autora conclui com seu trabalho que apesar dos alunos com Síndrome de Down estarem participando das atividades desenvolvidas em sua turma, seria precipitado dizer que houve uma inclusão educacional com esse aluno e que seria mais sensato pensar-se numa integração, uma vez que não foi a escola que se preparou para receber esse aluno, ele próprio é que foi preparado para frequentar a escola.

2.2 ScientificElectronic Library Online – (SciELO)

No site institucional especializado ScientificElectronic Library Online – (SciELO), no primeiro momento buscou-se realizar a escolha do trabalho acadêmico baseado no quadro geral de periódicos encontrados, não expondo aqui uma tabela específica, cabendo apenas a análise de um artigo escolhido.

O artigo trata-se de um estudo de caso intitulado “A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de Educação Física Escolar” o trabalho dos autores Maria Luiza Tanure Alves e Edison Duarte e teve como objetivo observar a realidade da inclusão da criança com síndrome de Down (SD) nas aulas de educação física escolar, identificando os obstáculos e facilidades encontrados pela mesma. Foi realizada a observação sistemática das aulas de educação física durante todo o ano letivo. Participaram da pesquisa 33 alunos da terceira série (20 meninos e 13 meninas) sem deficiência e um aluno com SD do sexo masculino com nove anos de idade. O aluno com SD apresentou dificuldades para participar socialmente junto à turma, embora não apresentasse dificuldades para compreensão e execução das atividades propostas em aula.

Os autores utilizaram as palavras-chave: Síndrome de Down. Educação Física. Equidade. Aulas. Os resultados relatados demonstram que há ainda muitas lacunas a serem preenchidas a respeito do processo inclusivo de alunos com deficiência. São poucos os estudos que procuram investigar a concretização do processo inclusivo desses alunos na rede regular de ensino a partir da análise da sua participação efetiva e aprendizagem dos conteúdos propostos, bem como a construção de relações sociais. Futuros estudos devem analisar as causas das limitadas relações sociais estruturadas pela criança com deficiência durante as aulas de educação física. Estudos semelhantes a este devem ser realizados com um número maior de alunos com deficiência como sujeitos, analisando o processo inclusivo em diversas escolas e em diferentes regiões brasileiras. Dessa forma, poderão ser observados e elucidados as possíveis falhas presentes no sistema educacional brasileiro para a concretização da inclusão de alunos com deficiência. Tal elucidação é de fundamental importância para alteração e elaboração de novas políticas públicas para melhoria do processo inclusivo.

2.3 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES).

Quadro 3 – Relação da quantidade anual de artigos com tema correlatos entre 2012 – 2017 disponibilizados pelo site da Capes.

Ano Publicações	Periódicos revisados	Recursos Online	Artigos de Jornal	Artigos
2012 a 2017	1224	1352	1325	524

Fonte: site da (Capes) elaboração própria – 2018.1

Nesta plataforma buscou-se analisar o artigo Educação Física Inclusiva, Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na escola regular no município de Getúlio Vargas – RS. Tendo como objetivos identificar as possibilidades e dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física em incluir crianças e adolescentes com NEE nas suas aulas, além de destacar a importância da inclusão, sempre valorizando e respeitando as limitações de cada pessoa no contexto educacional as autoras Emanuele Stempczynski e Mônica Telli Moreno da Silva através dos dados coletados em uma pesquisa exploratória contemplando entrevistas com professores e alunos da Rede Municipal de Ensino Regular do Município de Getúlio Vargas, puderam perceber que existem grandes obstáculos a

serem enfrentados quando se fala de inclusão. Afirmam ainda que incluir não significa somente acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, mas sim o acolhimento à diversidade humana, e a aceitação das diferenças. Conviver com as diferenças é importante, pois faz com que as pessoas percebam que apesar das diferenças, todos são importantes no grande jogo da vida, e é essa diversidade que torna a vida mais atrativa.

As autoras tiveram como referência as palavras-chave: Integração, Inclusão e Necessidades Educacionais Especiais. Estas concluíram em sua pesquisa que ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois incluir não é apenas possibilitar o acesso da criança à escola, é preciso acolher as diferenças, levantar debates, socializar experiências e garantir a permanência desse aluno no espaço escolar propiciando o efetivo exercício da construção da cidadania.

3. EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA HISTÓRIA

Para um bom entendimento a cerca do trabalho aqui proposto, optou-se aqui descrever um contexto histórico expondo de forma breve a evolução da Educação Física.

Estando sempre presenta na vida cotidiana do homens, mesmo que este não a perceba a Educação Física é e sempre foi de suma importância para um bom funcionamento do corpo humano. Algumas ações como se movimentar, ter força, resistência e velocidade foi o que garantiu a sobrevivência dos homens na pré-histórica deu-lhes as habilidades para caçar seu alimento.

Já nas civilizações da antiguidade a Educação Física também se fez presente. Alguns povos enquanto nômades tinham que fazer grandes caminhadas, além de carregar grandes e pesadas cargas para suas construções, tinham que saltar, nadar e até correr, sendo que para muitas destas civilizações a Educação Física era usada como preparo do corpo para as guerras.

No século XIX milhares de anos depois, onde nesta parte da historia da humanidade deram-se processos revolucionários e que mudaram a forma de como a sociedade se portava, e como era dividida por classes. Neste período histórico ocorreu a revolução industrial, onde a partir desta revolução se consolidou por consequência a divisão de classes, basicamente a classe opressora que era a possuidora dos meios de trabalho, e a classe oprimida que era a classe trabalhadora tendo no corpo sua a principal força de trabalho.

Soares (1994, p. 9) fala que nesse contexto se deu a busca uma nova forma de ver o homem o “homem novo”, este sendo aquele que passaria a cuidar “igualmente dos aspectos mentais, intelectuais, culturais e físicos”. Sendo a partir dai a educação física uma alternativa para essa construção do homem novo nos diversos ambientes que frequentava, e que ainda segundo Soares (1994, p. 10) “A educação física da sociedade do capital”.

Para Castelani Filho (1988), a França através da ginástica serviu de influencia para a Educação Física no Brasil, o que é reforçado pelos autores Moraes e Toledo, onde os mesmo descrevem:

"[...] a Educação Física sofreu e sofre influência da ginástica alemã, francesa e sueca, com influência positivista; do militarismo, com a imposição por autoritarismo e promoção de corpos viris e do desportismo, na defesa e honra a pátria amada" (p. 2071).

No Brasil a história da educação física está ligada fortemente as instituições militares. Ainda para Soares (1994, p. 85):

"Em diferentes momentos, estas instituições definem o caminho da Educação Física, delineiam o seu espaço e delimitam o seu campo de conhecimento". E também já esteve a favor de diversos objetivos como: a formação corporal, a disciplina, e o lazer.

A presença de militares na formação de professores de Educação Física, neste contexto o professor de fato pouco criava em suas aulas, sendo assim um instrutor de práticas com o objetivo de se ter uma juventude capaz de um combate em guerra e disciplinando-os.

Várias mudanças se deram ao longo dos anos na Educação Física e estas eram denominadas de tendências. De 1889 a 1930 se deu a primeira delas que foi chamada de Educação Física Higienista, esta valorizava os homens de corpo físico robusto, forte e que também que contribuíam para do desenvolvimento do Brasil de forma intelectual e moral.

Já na escola regular a Educação Física foi incorporada de uma forma um pouco turbulenta, pois assim como a educação, no período do Brasil Império a Educação Física era exclusiva e restrita para as elites e famílias que tinham posses, neste momento sua prática era mal vista pela sociedade, tida como algo imoral e principalmente se fosse praticada por mulheres.

Neste momento da história iniciava-se a articulação da educação pública, pois a elite passou a entender que a ignorância do povo brasileiro mais pobre poderia ser empecilho para a entrada do país na era moderna. Porém a educação já se iniciava com problemas variados que iam desde o pouco número de escolas e sendo estas insuficientes até questões de condições de funcionamento.

Soares (1994, p. 103) corrobora em sua fala, quando diz que:

"Um adequado funcionamento da Educação pública, entretanto, apresentava sérios problemas para ser viabilizado. Os problemas iam do incipiente número de escolas públicas [...] precárias condições de funcionamento".

A tendência Pedagogista criada em 1945 colocou de fato a Educação Física dentro da escola como atividade educativa, transformando-a numa disciplina que compunha os currículos escolares. Neste momento a sociedade passa a

encarar a Educação Física tanto como uma prática pedagógica quanto atividade capaz de disciplinar os alunos promovendo sua saúde.

Logo após no ano de 1964 surgiu a Educação Física Competitivista, que era caracterizada pelo vislumbre de formar futuros campeões olímpicos, valorizando a competição e a superação, neste contexto o papel do professor era o de um treinador onde o mesmo tinha seu desenvolvimento avaliado através de resultados, e sua função era basicamente a de formar e descobrir futuros prospectos do esporte capazes de representar o Brasil.

Este objetivo de tornar o Brasil uma potência esportiva acabou não se concretizando, sendo logo após bastante criticado por muitos professores de Educação Física no final dos anos de 1960 e 1970.

Com a criação dos primeiros cursos específicos de graduação em educação física na década de 1980 deram-se novas formas de se pensar sobre sua prática, bem como se deu também uma maior discussão a cerca desta disciplina com um maior número de publicações e a realização de seminários, palestras e encontros, criando-se assim uma nova perspectiva sobre a Educação Física.

Hoje o resultado de uma articulação de teorias sociológicas, filosóficas e psicológicas misturam-se, todas estas buscando em comum uma Educação Física que contemplem o ser humano e suas múltiplas dimensões, tendo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a atribuição do mesmo valor dado às demais disciplinas que compõem o currículo.

3.1 Sobre a legislação que ampara o ensino de Educação Física

A lei de Diretrizes e Bases (LDB lei 9394/96) que no seu artigo 26, terceiro parágrafo diz que: “a Educação Física integrada com a proposta pedagógica da escola é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se as faixas etárias e as necessidades da população escolar, sendo sua prática facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996). O que corrobora a participação de todos os alunos nas aulas de Educação Física, e também assegura a estes condições para que tenham um bom desempenho nestas atividades.

Com o advento desta lei a Educação Física teve amparo legal e garantia de que seria uma disciplina da grade curricular das escolas de educação básica,

sendo esta prática facultativa em alguns casos específicos como os dos alunos dos turnos noturnos na sua maioria da modalidade Educação de Jovens e Adultos EJA, alunos que tenham carga horaria de trabalho superior a seis horas diárias, alunos que já tenham prole, maiores de trinta anos e que prestem serviço militar. (BRASIL, Lei nº 10.793)

Os conteúdos da Educação Física, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), deverão ser desenvolvidos ao longo de todo o ensino, servindo de subsídio ao trabalho do professor que são: os esportes, os jogos, as lutas, a ginástica e as atividades rítmicas e expressivas. Cabendo assim ao professor distribuir os conteúdos a serem trabalhados de maneira adequada.

Os PCNs concebem a Educação Física como componente curricular responsável por introduzir o indivíduo no universo da cultura corporal, que contempla múltiplos conhecimentos, produzidos e usufruídos pela sociedade, a respeito do corpo e do movimento (BRASIL, 1997, p.15).

Tal proposta baseia-se considerando os aspectos formadores dos indivíduos respeitando seus valores socioculturais e suas peculiaridades, atendendo assim as varias realidades encontradas nas diferentes regiões do país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) da Educação Física são um referencial teórico que se constitui de reflexões a cerca dos componentes curriculares desta disciplina visando garantir a melhoria das politicas de fomento, bem como orientar e nortear sua prática docente de forma a melhorar a qualidade de ensino.

Dentro do ensino fundamental os conteúdos dos PCN's são divididos em três blocos, sendo estes: esportes, lutas, jogos, ginásticas, conhecimento a cerca do corpo e atividades expressivas e rítmicas. Tal divisão se dá para que haja uma melhor aplicabilidade e contextualização na escola.

Esses novos modelos de Educação Física abordam os conteúdos em termos culturais visam o enfoque dos indivíduos valorizando o seu ser cultural. Neste sentido a função dos Parâmetros Curriculares Nacionais é de dar subsidio para que os alunos uma prática de Educação Física que os faça refletir e sobre suas atitudes.

Dentro de uma perspectiva crítica os Parâmetros Curriculares Nacionais buscam uma educação num contexto histórico-social, podendo proporcionar ao indivíduo condições para exercício de sua cidadania. Sendo assim, uma educação que se respalda neste documento pode formar cidadãos conscientes, tendo

professores conscientes, cientes da necessidade de aprimorar seus conhecimentos, tanto nas bases teóricas que fundamentam a sua prática quanto na sua prática que apoia seu embasamento teórico.

As propostas descritas dentro dos PCN's apresentam grandes avanços e principalmente no que se refere ao 3º e 4º ciclo a esta disciplina e foram objeto de grandes discussões e inspiração para diversos trabalhos acadêmicos como os dos autores (Betti, 1991, 1994, 1995; Darido, 1999; Soares, Taffarel, Varjal, Castellani Filho, Escobar & Bracht, 1992).

Sendo a cidadania um dos principais eixos temáticos da Educação Física norteando assim sua prática, algumas capacidades são elencadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, essas capacidades são as de:

a) participar de atividades corporais adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade; b) conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações da cultura corporal; c) reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de melhoria da saúde coletiva; d) conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e desempenho que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia; e) reivindicar, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer (Brasil, 1998).

Por cidadania, Aristóteles conceituava como uma capacidade do convívio em cidadania, na época basicamente era governar e poder ser governado.

Palma Filho (1998, p. 108) apropriara-se do enfoque de Arendt que concebia cidadania como:

“...direito a ter direitos, identificando-o como primeiro direito humano fundamental, do qual todos os demais derivam-se”.

Para este autor a o sistema educacional deve ser plural, sendo assim os Parâmetros Curriculares Nacionais devem assegurar o atendimento da pluralidade de manifestações na Educação Física e compreender a diversidade de abordagens para os componentes curriculares.

Dentre os vários avanços nesta disciplina, alguns auxiliam na compreensão de uma Educação Física que promova a cidadania, sendo estes: a) o princípio da inclusão; b) as dimensões dos conteúdos (atitudinais, conceituais e procedimentais); c) e os temas transversais.

Segundo os Parâmetros curriculares Nacionais (Brasil, 1998, p. 19) há a necessidade de que as aulas dirijam-se a todos os alunos. Isto é reforçado neste trecho do documento:

A sistematização dos objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimentos, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência.

Este trecho refere-se a um período da história da Educação Física em que mesmo esta disciplina estando dentro do contexto escolar havia uma seleção dos alunos mais aptos e uma exclusão dos menos aptos, percebe-se então a intenção dos PCN's de acabar com essa ideia de exclusão dentro desta disciplina.

3.2 Educação Física Inclusiva

A educação inclusiva pode ser conceituada como “o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na escola regular” (Hegarty, 1994). Na Constituição Federal de 1988 no artigo 205, é proposto que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e, no artigo 206, trata sobre igualdade de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988). No entanto, uma escola regular só se torna inclusiva quando se reestrutura, física e pedagogicamente para receber esses alunos.

A Educação Física Adaptada (EFA) consiste numa modalidade que objetiva proporcionar o desenvolvimento total do aluno portador de deficiência, considerando suas especificidades, assegurando o seu direito de cidadão e sua integração social (SILVA,2004). Antes da década de 70 ela excluía o aluno com necessidades educacionais especiais (NEE), chegando a ser proibida a matrícula destes através do decreto 21.241 de 1938, esse decreto afirmava que o estado desses alunos os impediria de participar das aulas de Educação Física, pois como salienta Mutschele (1998) os docentes centralizavam a sua prática em na repetição dos movimentos esportivos. Já a partir da década de 70, a Educação Física objetivou o desenvolvimento da psicomotricidade, para Mutschele esta última:

assegura o envolvimento da Educação Física com o desenvolvimento da criança, com o ato de aprender, com os processos cognitivos, afetivos e psicomotores buscando garantir a formação integral do aluno, inaugurando

uma nova fase, que passava a incluir e valorizar o conhecimento de origem psicológica. (1998, p 34)

Com isto, a disciplina transformou-se em relação aos alunos portadores de necessidades especiais, como é apontado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1996):

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de necessidades especiais tendem a ser excluídos das aulas de educação física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas de integração e inserção social, que levam este aluno a uma maior condição de consciência, em busca da sua futura independência.” (p. 40)

Os PCNs foram desenvolvidos para nortear as práticas educacionais considerando o respeito à desigualdade humana, humanizando e transformando as práticas pedagógicas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física ressaltam o valor do cultivo de atitudes de respeito próprio, de respeito às diferenças e de respeito às limitações da pessoa com deficiência. (PCN/SEF, 1997). Orientam também, que o professor deve buscar estratégias para promover o envolvimento das pessoas com deficiência, sem práticas que selecionem ou sejam excludentes, objetivando a inclusão total, de forma que o aluno participe das diversas atividades desenvolvidas.

A Educação Física, corroborando Fonseca (2006), contribui para o processo de inclusão de alunos deficientes, quando em suas práticas, principalmente coletivas, valoriza as especificidades individuais, respeitando as capacidades e habilidades e as desenvolvendo. Desta forma, a valorização da diferença, e desconstrução dos estereótipos criados, socialmente, acerca das deficiências aumenta as possibilidades de integração e inclusão destes alunos. É importante ressaltar que a inclusão de conteúdos relativos às necessidades educacionais especiais nos cursos de Educação Física é recente, o que justifica a inabilidade de muitos docentes ao lidar com estes alunos e preparar aulas que de fato os integre, ainda é preciso muitas mudanças no perfil das escolas e dos professores para que ela se torne verdadeiramente inclusiva. A Educação Física Inclusiva possui três funções, as quais são:

a básica, que auxilia na ampliação e conservação da composição do organismo, intensificando as funções orgânicas e estimulando os órgãos sensoriais. A sinestésica, que envolve os aspectos psicomotores na formação técnica, informando como usar o corpo de forma segura e

eficiente. É a integradora, que promove a interação social com essas crianças. (Ferreira, 2010, p.27).

Nesta perspectiva, ela considera em suas atividades a participação coletiva, o corpo deixa de ser o centro e a valorização das possibilidades de movimentação e a convivência social destacam-se. O professor estabelece seus objetivos pedagógicos a partir das possibilidades de cada discente, para que as aulas desta forma, sejam inclusivas, ou seja, cabe a ele:

diagnosticar os níveis motor, cognitivo, social, afetivo em que se encontra cada aluno, e ir aumentando o grau de complexidade das atividades, fazendo com que o aluno sempre alcance um aprendizado novo. Também deve-se estar atento ao desenvolvimento de atitudes e aquisição de valores, como amizade, respeito, cooperação (SOLER, 2005, p. 230).

No entanto, Carmo (2001) descreve que muitos professores de educação física optam por fazer adaptações e/ou improvisos dos conhecimentos que já possuem em detrimento dos novos conhecimentos, das atividades motoras e principalmente das formas específicas de ensino dos alunos com deficiência. O autor ressalta que é importante que o professor, de fato, faça adaptações dos recursos físicos e dos materiais, mas que busque aprofundar seus conhecimentos, objetivando possuir condições para trabalhar no contexto escolar.

Para Soler (2005) o papel deste professor é complexo, pois deve compatibilizar os interesses daqueles que apresentam NEE com os demais, contemplando a individualidade de cada um. Sendo assim, cabe à ele apropriar-se de conhecimentos sobre os aspectos da deficiência e, a partir disto, ensinar para a diversidade. Haja vista que, o aluno nas aulas de educação física desenvolve suas capacidades perceptivas, afetivas, de inclusão social e de relacionamento, construindo a sua independência e autonomia.

Seguindo este viés, Ferreira (2010) discorre que a intenção da atividade física inclusiva é diminuir a diferença no atendimento dos alunos que possuem NEE dos demais, através de técnicas e de adaptações que criem oportunidades de superação. Para a promoção da Educação Física Inclusiva é preciso, como ressaltado anteriormente, práticas reflexivas, trabalho cooperativo e uma nova visão sobre o trabalho docente.

4. CONCEITO DE SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down é considerada a alteração genética mais recorrente em todo o mundo, estando presente em todas as classes sociais, raças e nacionalidades. Ela, também é denominada de Trissomia do cromossomo 21 ou Trissomia do 21, e consiste numa alteração genética ocasionada pela presença de um cromossomo a mais no par 21, seus portadores podem ser chamados de trissômicos. Essa alteração genética ocorre no momento da concepção do feto, ou logo depois, pois metade dos cromossomos de cada sujeito, são originados da mãe e a outra do pai, ou seja, 23 (vinte três) cromossomos estão no esperma e 23 (vinte e três) cromossomos no óvulo, então quando ocorre a união dos dois, se tem 46 (quarenta e seis) cromossomos no total. No entanto, se um dos dois levar um cromossomo a mais, sendo este o 21 (vinte e um), a criança nascerá com Síndrome de Down. Ela possuirá cromossomos normais, somente o cromossomo 21 (vinte e um) é duplicado, mas ele também não apresenta anomalia. O que sabe-se é que o cromossomo extra causa um desequilíbrio que ocasiona a síndrome.

Conforme, Gomes e Oliveira (2006) em 1958, o médico francês Jerome Lejèune identificou esse cromossomo extra nas células destes sujeitos. Foi Lejèune quem deu este nome a esta síndrome, como uma homenagem a John Langdon Down, o primeiro cientista que chamou a atenção do mundo para um grupo de pessoas que apresentam características comuns entre eles. Shwartzman (1992, p.15) conceitua que:

a síndrome de Down é uma condição clínica caracterizada por retardo mental, baixa estatura, alterações esqueléticas, imunológicas, vários estigmas fenótipos, bem como anomalias em outros sistemas e órgãos; os pacientes afetados apresentam vários indícios de um processo precoce de envelhecimento.

De forma mais específica, “Síndrome” é um conjunto de características que comprometem de alguma forma o desenvolvimento do sujeito, e o termo “Down” é o sobrenome do médico inglês John Langdon Down que em 1866 descreveu, pela primeira vez, algumas características referentes à Síndrome de Down, ele relatou que algumas crianças apresentavam aparência comum e não faziam parte da mesma família e que apresentavam características similares aos habitantes da

Mongólia, no centro-leste da Ásia, principalmente a inclinação dos olhos (PUECHEL, 2000).

As causas desta alteração, ainda, são desconhecidas, sabe-se apenas que não existe responsabilidade do pai ou da mãe, ou seja, qualquer casal pode conceber um filho com Síndrome de Down, no entanto, existem exames que previnem o nascimento de pessoas com tal problema (SILVA & CABRAL *apud* DIAS E MARTINS, 2004).

Segundo Schwatzman (1999), os portadores da SD por muito tempo foram denominados de pessoas “mongolóides”, “mal-acabadas”, “retardadas” ou “incapazes”, termos preconceitos criados a partir de descrições errôneas, realizadas no passado e que devem ser evitadas pois podem comprometer o potencial para a aceitação social do indivíduo com síndrome de Down. Como é justificado por Cunningham (2008):

Um problema com qualquer condição reconhecida pela aparência física, como a síndrome de Down, é que as pessoas facilmente conectam estereótipos à ela, e todos nós tendemos a enxergar o que estamos procurando [...]. Existem tantas descrições do estereótipo da síndrome de Down que elas, muitas vezes, se contradizem (CUNNINGHAM, 2008, p. 172).

A forma como as pessoas olham para uma pessoa com deficiência, gera uma barreira para o processo de inclusão, pois dificulta a construção da sua identidade e para reafirmação de sua autoestima. A criança com Síndrome de Down possui o seu desenvolvimento similar ao de qualquer outra criança, só que um pouco mais lento. Apesar de apresentarem, retardo mental de leve a moderado e alguns problemas clínicos associados, podem frequentar a escola regular, o que contribuirá no seu desenvolvimento e, também, ao conviver com outras crianças, será estimulado o respeito às diferenças a fim de que elas cresçam sem nenhum tipo de preconceito e/ou discriminação. Flabiano, Bühler e Limongi (2009, p. 25) ressaltam que:

as crianças sem SD, inicialmente, apresentam, durante o período sensório-motor, comportamentos de natureza reflexa, exercícios de coordenação e organização, construção do conhecimento e da linguagem que fazem com que elas descubram a sua conduta inteligente, comecem a utilizar símbolos e signos, expressando-os por meio de gestos, sinais ou palavras. Já a criança com SD têm essa dificuldade devido às alterações orgânicas, como a hipotonia, alterações endócrino-metabólicas, cardíacas e otorrinolaringológicas. Por esses problemas, elas acabam tendo dificuldades na exploração do conhecimento e da linguagem, pois é relatado que os bebês com SD apresentam um atraso que dependerá muito da competência e de seu desenvolvimento.

Os portadores da Síndrome de Down podem ter uma vida normal como qualquer outra pessoa, mesmo possuindo algumas dificuldades e limitações. Ressalta-se que eles necessitam de condições especiais subsidiados por profissionais como psicopedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo, fisioterapeuta, entre outros para que o seu desenvolvimento ocorra de forma mais eficaz. É imprescindível constatar o papel da família, como corrobora SMITH e STRICK (2001, p.21) “O desenvolvimento individual das crianças também é maciçamente influenciado por sua família, pela escola, e pelo ambiente da comunidade.” pois é por meio das atividades cotidianas, da participação conjunta dos pais que começará o processo de desenvolvimento precoce, proporcionando maior colaboração no processo de aprendizagem desse indivíduo.

4.1 Portadores de Síndrome de Down e sua inserção no ensino regular

Na antiguidade, quando uma criança possuía alguma deficiência era discriminada pela sociedade, principalmente devido às crenças religiosas, que concebiam a deficiência como uma punição divina, o que corroborou para as práticas de infanticídio e abandono das mesmas.

Na cultura grega, especialmente na esparta, os indivíduos com deficiências não eram tolerados. A filosofia grega justificava tais atos cometidos contra os deficientes postulando que estas criaturas não eram humanas, mas um tipo de monstro pertencente a outras espécies. (SCHUWARTZAMAN 1999, p. 3-4)

Na Idade Média, a discriminação ainda continuou, a Igreja condenava a prática do infanticídio em sujeitos com problemas sensoriais, no entanto, não proibia práticas de infanticídio e abandono de crianças que apresentavam deficiências, como deficiência mental, deficiências múltiplas etc., consideradas demoníacas e como punição esses sujeitos eram apedrejados ou mortos em fogueiras pela Inquisição.

No Brasil, a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais surgiu no início da década de 90, seguindo os princípios desenvolvidos pela Declaração de Salamanca (1994) que é utilizada como um suporte pedagógico, pois apresenta linhas de ação que objetivam a garantia de igualdade e contribui para o desenvolvimento do processo inclusivo (GUEBERT, 2007). A Declaração de Salamanca (1994, p. 16) aponta que:

Toda criança possui o direito a uma educação de qualidade dentro de um nível adequado; ela possui necessidades e habilidades próprias; a criança especial deve ter acesso à escola regular com programas adequados e capazes de satisfazer as suas necessidades; a escola de ensino regular que possui uma direção inclusiva se torna uma sociedade acolhedora, que combate atos discriminatórios.

A partir, desta visão a deficiência passa a não constituir-se de um empecilho para o acesso à educação, e a escola deve adaptar-se para recebe-la e atender suas necessidades. Desta forma, o processo de inclusão de pessoas com Síndrome de Down nas escolas de ensino regular pressupõe condições que o subsidie de forma a suprir as necessidades educacionais destes sujeitos e propiciar um ambiente acolhedor e estimulante ao processo de ensino-aprendizagem. Conforme Masini (2000 apud VOIVODIC, 2004, p.34) é necessário um preparo cuidadoso, em diversos níveis e aspectos, para que a inclusão se efetive, ele apresenta algumas condições para isto.

- Necessidade de que cada educador conheça seus próprios limites pessoais e de formação e saiba em que medida pode contribuir para a inclusão da criança deficiente.
- As condições e limites de cada escola sejam examinados.
- As formas possíveis para que o processo de inclusão se realize em benefício da criança deficiente sejam analisadas.
- Os projetos educacionais se façam numa dialética teoria/prática, numa constante avaliação do que ocorre com a criança deficiente.

Segundo Mantoan (apud VOIVODIC, 2008), a inserção de portadores de Síndrome de Down no ensino regular contribui no seu desenvolvimento cognitivo e social, pois a escola deve dar suporte ao aluno para desenvolver suas habilidades físicas, a linguagem e a sua identidade.

Considerando o trabalho pedagógico na inclusão de crianças com deficiência, principalmente SD “[...] a predisposição dos professores frente à diversidade tem um papel decisivo na compreensão das diferenças individuais, em sua aceitação e respeito, criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes” (CARVALHO, 2003, p. 59). As crianças com SD, precisam de metodologias específicas e individualizadas, que desenvolvam suas habilidades e os seus processos cognitivos como: percepção, atenção, memória e organização.

Elas aprendem quando o espaço educativo é mais alegre, interessante, significativo e agradável, haja vista que a combinação destas situações corroboram para uma aprendizagem significativa. Diante do exposto, é importante “romper com o determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com SD

resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio” (VOIVODIC, 2004, p. 46), ou seja, apesar do aluno com SD apresentar condições determinadas pela alteração genética, a sua personalidade, o seu desenvolvimento e o seu comportamento, são resultados da interação que possui com o meio em que está inserido e das influências que este exerce sobre ele.

No entanto, em grande parte das escolas, a inclusão, frequentemente, é confundida com integração, mas elas possuem significados diferentes. A integração consiste na inserção do portador de necessidades especiais na sociedade, e a inclusão, refere-se à mudança da sociedade para atender à pessoa com necessidades especiais (MAIA, 2005). Neste sentido, o que ocorre, é uma integração destes alunos nas aulas, haja vista que o aluno é quem se preparou para frequentar a escola e não ela para recebê-lo, já que as atividades são desenvolvidas como improvisos criados para somente integrar este aluno ao invés de também inclui-lo.

4.2 Dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física no ensino de portadores de Síndrome de Down

A inclusão nas aulas de Educação Física, teve uma evolução no sentido do aperfeiçoamento das práticas pedagógicas para o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais. Denominada Educação Física Adaptada (EFA) e/ou Educação Física Especial (EFE), ela “Tem o objetivo de suprir necessidades especiais de longo prazo (mais de trinta dias). As pessoas com necessidades especiais incluem os portadores das deficiências na Individuals with Disabilities Education Act (IDEA).” (WINNICK, 2004, p. 04). No entanto, diversos teóricos, retratam que esses objetivos são pouco efetivados nas escolas de ensino regular, em razão da falta de acessibilidade e ausência de metodologias integradoras.

Quanto à inclusão, especificamente, de aluno com SD nas aulas de Educação Física, uma série de dificuldades são encontradas tanto pelo professor quanto pelo aluno, a primeira aqui tratada refere-se à concepção de que estes alunos possuem dificuldades de aprendizagem, limitando assim o trabalho dos professores, pois muitos desconhecem formas de trabalhar suas habilidades, em decorrência da ausência e/ou insuficiência de abordagens sobre este tema nos

cursos de formação, o que ocasiona uma visão negativa, do professor sobre o processo de ensino-aprendizagem e faz com que ele acabe criando experiências negativas para o seu aluno (BLOCK; OBRUSNIKOVA, 2007). A insuficiência de conhecimento da síndrome e dos processos de aprendizagem de seu portador gera uma situação incomoda tanto para o professor quanto para o aluno, pois para se trabalhar com alunos que possuem Síndrome de Down é necessário compreender que o planejamento das suas aulas deverá contemplar as especificidades coletivas e individuais dos alunos, além da necessidade da concepção que os portadores de SD possuem singularidades entre eles que os diferencia, como corrobora Cunningham:

Existem grandes diferenças entre os portadores de síndrome de Down em termos de suas capacidades intelectuais, sociabilidade, altura, peso, saúde, personalidade e assim por diante- tão grandes, de fato, quanto as diferenças entre nós[...]. Sei que ele terá alguma deficiência intelectual, mas uma vez, alguns funcionam tão bem quanto pessoas que consideramos “normais”. A partir daí, tudo é “probabilidade” [...]. Para mim a síndrome de Down não é um rótulo fixo, mas a declaração de probabilidade sobre um ser humano. Não é apenas uma condição, mas um fenômeno complexo (CUNNINGHAM, 2008,p. 11)

Destarte, ressaltando o que já foi apontando anteriormente “os portadores de Síndrome de Down tem capacidade de aprender, dependendo da estimulação recebida e da maturação de cada um, o desenvolvimento afetivo e emocional da criança também adquire papel importante.” (WERNECK, 1997, p.164), ou seja, eles podem aprender, mas precisam de estímulos adequados.

Outra dificuldade encontrada pelos professores, consiste na superlotação das salas de aula, o que dificulta o trabalho pedagógico de forma a promover o desenvolvimento individual e coletivo destas crianças. A falta de infraestrutura física e pedagógica adequada às aulas de Educação Física, contribui para que o sujeito não se sinta incluído e dificulta o trabalho do professor. O professor é agente primordial no processo da educação inclusiva, sobre ele recai o trabalho de integrar a criança com Síndrome de Down de forma que esta seja e se sinta incluída nas aulas e pelos colegas, respeitando suas especificidades e limitações. Segundo Correia:

São grandes as responsabilidades cometidas ao professor do ensino regular: esperasse que utilize estratégias e desenvolva atividades de ensino individualizado junto da criança com NEE, mantenha um programa eficaz para o resto do grupo e colabore na integração social da classe. Sem a formação necessária para responder às necessidades educativas destes alunos, não conhecendo muitas vezes a natureza dos seus problemas e as implicações que tem no seu processo educativo, os professores do ensino regular não lhes podem prestar o apoio adequado. (1999, p 44)

Nesta perspectiva, é necessário ressaltar a prática reflexiva dos professores, como explicita Schön (2000), a relação entre teoria e prática é necessária frente aos imprevistos e condições encontradas no cotidiano de uma sala de aula inclusiva. Ou seja, um ensino prático reflexivo em situações desafiadoras onde não há respostas prontas ou procedimentos de acordo com um padrão.

Como esse sujeito, possui hipotonia (fraqueza muscular), o que afeta toda a sua musculatura, ele apresentará, em suas fases iniciais, poucos movimentos do corpo, influenciando, assim, o seu atraso motor e interferindo na sua aprendizagem, principalmente nas aulas de Educação Física.

Nas crianças com SD foram observadas diferenças nesse comportamento exploratório: usam comportamentos repetitivos e estereotipados, mantendo-os mesmo que se mostrem inúteis; seu comportamento exploratório é impulsivo e desorganizado, dificultando um conhecimento consistente do ambiente, sendo que a exploração dura menos tempo. (VOIVODIC 2008 p.43)

Desta forma, a família e o professor possuem este desafio: estimular a musculatura das crianças com SD, precocemente, para desenvolvê-la, pois estudos comprovam que essas crianças possuem o desenvolvimento e o crescimento do sistema nervoso de uma criança normal, no entanto mais lento.

Diante destas dificuldades, é perceptível que para que a educação inclusiva se efetive é primordial, que haja nas escolas, profissionais capacitados e comprometidos com sua prática, para lidar com as singularidades presentes na sala de aula e desenvolver um ensino pautado na reflexão de sua ação educacional. Este profissional precisa exercer sua função com competência e interação da teoria com a prática.

5. METODOLOGIA

Buscando alcançarmos os objetivos propostos que são os de compreender como se dá a inserção de crianças com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física, bem como identificar possíveis dificuldades encontradas pelos professores de Educação física na inserção de crianças portadoras de síndrome de Down e destacar a importância da Educação Física inclusiva, optou-se por partir da delimitação dos objetivos e escolha do tipo de pesquisa, levantar a bibliografia oportuna e a literatura disponível no que se refere à temática escolhida.

Para tanto partiremos da conceituação dos métodos utilizados em nossa pesquisa.

Segundo o autor Gil (2007, p.17) pesquisa é:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

A pesquisa enquanto processo, fornece os subsídios para uma intervenção na realidade, se utilizando de procedimentos que objetivam analisar e interpretar os fatos de uma determinada realidade possibilitando um maior entendimento e uma aproximação da realidade investigada.

Nestes procedimentos estão incluídos os métodos, que são o conjunto sistemático de regras e procedimentos que, se respeitados em uma pesquisa científica, conduzem a resultados consistentes.

Mynayo (2007, p. 44) faz a descrição do termo metodologia como:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Sendo está pesquisa uma pesquisa bibliográfica, optou-se para que houvesse um melhor entendimento por situarmos como as pesquisas relacionadas à temática estão em voga no que se refere ao meio acadêmico, portanto, destacamos um capítulo de nossa pesquisa para que resumíssemos alguns artigos com as palavras-chave por nós escolhidas, o que subsidiou nosso arcabouço literário e serviu de parâmetro comparativo para o nosso trabalho.

5.1 Tipo de pesquisa

Quanto à abordagem, a pesquisa em questão insere-se no rol das pesquisas bibliográficas, já que tem como finalidade a consulta à fontes documentais, como livros, teses dentre outros, pois de acordo com Gil (2010,p.30): A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.[...].

Portanto esse método é de grande utilidade para obtenção de dados precisos e coerentes referente as temáticas em estudo, além de possibilitar ao pesquisador através da revisão literária, ter acesso de imediato a uma vasta gama de resultados já obtidos que proporcionam uma maior compreensão acerca do tema em estudo. Conforme Gil (2010, p.30):

[...] quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.[...] seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda *per capita*; todavia se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas.[...].

A pesquisa bibliográfica torna-se indispensável a todo e qualquer trabalho científico, pois proporciona ao pesquisador uma gama de informações sem que este precise, por exemplo, percorrer vários lugares atrás de coletar dados, para então obter o resultado do problema em questão, pois tem a possibilidade de extrair dos acervos que se tem livre acesso, tudo o que se precisa para realizar uma pesquisa com segurança e credibilidade.

A presente pesquisa intitulada como “A inserção de portadores de Síndrome de Down nas aulas de Educação Física”, apresenta uma grande contribuição para o desenvolvimento para o meio científico, pois trata de uma temática que vem ao longo dos anos tendo um grande desenvolvimento e um crescimento no numero de periódicos publicados, portanto neste trabalho encontra-se expresso o reconhecimento sobre a importância da inserção de portadores de Síndrome de Down nas aulas de Educação Física.

Para se ter uma melhor compreensão sobre o que é bibliografia ou pesquisa bibliográfica Ruiz (2011, p.58) conceitua como:

[...] Bibliografia é o conjunto dos livros escritos sobre determinado assuntos, por autores conhecidos e identificados ou anônimos, pertencentes a correntes de pensamento diversos entre si, ao longo da evolução da Humanidade. E a pesquisa bibliográfica consiste no exame desse

manancial, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica.

Assim, constata-se que a pesquisa bibliográfica por se tratar de uma consulta a diferentes tipos de fontes, requer do pesquisador uma postura crítica, flexível, ética para então analisar os dados em conformidade com os critérios científicos e éticos que se exige de um pesquisador. Nesse sentido Ruiz, (2011,p.58) ainda acrescenta que:

Bibliografia é o conjunto das produções escritas para esclarecer as fontes, para divulgá-las, para analisá-las, para refutá-las ou para estabelecê-las; é toda a literatura originária de determinada fonte ou a respeito de determinado assunto.

Nesse aspecto, percebe-se que a pesquisa de caráter bibliográfico, além de propiciar ao pesquisador a obtenção de informações através da disseminação de obras via impressa e digital construídas pela humanidade ao longo dos tempos, sem haver a necessidade do deslocamento deste para então ter acesso a dados soltos no tempo e espaço, pois através dos mananciais é possível realizar uma análise, examinando de forma criteriosa e sistemática os materiais, para obtenção de respostas viáveis ao problema em questão estudado.

Todavia, esse modelo de pesquisa ainda possibilita ao investigador no momento de mensuração dos dados refutar as informações que devido a evolução dos tempos não considera-se aceitáveis para explicar determinado fenômeno que ocorre na atualidade, portanto o pesquisador precisa manter-se neutro, assumindo-se crítico, e buscando atualiza-se para então realizar uma pesquisa com fidedignidade.

5.2 Universo e amostra

Do vasto acervo via impresso e digital que se disponibiliza referente às distintas concepções teóricas, acerca do tema “A inserção de portadores de Síndrome de Down nas aulas de Educação Física”, selecionou-se algumas obras como: Carvalho (2003) com sua obra Removendo barreiras para a aprendizagem, a Declaração de Salamanca (1994) que trata sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais, Dias e Martins (2004) com o livro “O aluno portador de Síndrome de Down nas aulas de educação Física: A importância da formação do professor, para garantir sua participação”, ainda os autores

Pueschel (2000) e Winnick (2004) que tratam da Síndrome de Down e de Educação Física e esportes adaptados. Além destes autores e obras utilizadas no corpo do trabalho, que abordam com precisão em seus estudos concepções teóricas que norteiam o trabalho pedagógico no que se refere a uma Educação Física Inclusiva no que diz respeito a como esta ludicidade disciplina se faz presente no seio escolar e como ocorrem as aulas, proporcionando ainda uma melhor compreensão quanto a questão da inclusão, educação e sociedade.

5.3 Instrumentos de coletas de dados

O levantamento dos dados deu-se por meio do aprofundamento de estudos em fontes como: livros, artigos, teses e resumos livros via impresso e digital, visto que a pesquisa é de caráter bibliográfico visando, uma revisão bibliográfica a cerca das diferentes concepções teóricas, sobre A inserção de portadores de Síndrome de Down nas aulas de Educação Física com a finalidade de se entender a importância da inserção de pessoas com necessidades educacionais Especiais.

Pois de acordo com (GIL, 2010, p.29):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Portanto, a pesquisa bibliográfica é realizada a partir da seleção criteriosa do material de consulta e da sistematização técnica dos procedimentos a serem executados pelo pesquisador. Com a tecnologia presente na sociedade contemporânea são disponibilizados não apenas obras impressas, pois é possível se ter acesso a uma gama de materiais via internet que facilitam ainda mais acessibilidade do pesquisador na obtenção dos dados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, tornou-se possível perceber os processos de inclusão dos portadores de Síndrome de Down no ensino regular, mais especificamente nas aulas de Educação Física, bem com as dificuldades que estes e os professores encontram. Notou-se que, a sociedade, a escola e os educadores precisam estar capacitados e preparados para desenvolver as habilidades destes alunos considerando suas especificidades e limitações.

A inclusão escolar pressupõem um ensino adaptado, centrado no respeito e valorização da diversidade, ainda uma escola aberta à todos, democrática e acolhedora, que contemple as diferenças e individualidades. No entanto, de acordo com os autores que embasam esta pesquisa, a escola ainda falha em seu papel de incluir, realizando, na verdade, a integração destes alunos, pois não cria e nem apresenta condições de propiciar um ambiente educativo facilitador de aprendizagem e participação coletiva.

A Educação Física Inclusiva possui importante papel na superação das dificuldades e construção da autonomia e independência dos portadores de SD. Diante disso, o professor deve observar suas práticas frente ao seu papel de educador, e estar engajado em ações colaborativas entre família e escola, para que o trabalho não seja fragmentado. Pois, o aluno com necessidades educacionais especiais, especificamente com Síndrome de Down, apresenta singularidades e é com essas singularidades que os docentes precisam trabalhar, os pais devem conceber seus filhos como diferentes mas não incapazes. Ressalta-se que o portador de SD possui desenvolvimento semelhante às outras crianças, só que mais lento devido à sua condição genética.

Conclui-se então, que a inserção de portadores de SD nas aulas de educação física, só se efetiva, primeiramente, quando são promovidas condições físicas e pedagógicas na escola, e quando ela conta com professores que sejam aptos a desenvolver práticas educativas que proporcionem condições para o desenvolvimento cognitivo e motor do aluno, considerando suas características e conhecendo as formas de desenvolvê-las. Para propiciar a inclusão é preciso, além de, possibilitar o acesso à escola, acolher as diferenças, compartilhar experiências e garantir a sua permanência objetivando que este aluno construção da sua autonomia e cidadania.

7. REFERÊNCIAS

BLOCK, Martin; OBRUSNIKOVA, Iva. Inclusion in Physical Education: A Review of Literature from 1995-2005. **Adapted Physical Activity Quarterly**, Illinois, v. 24, p. 103-124, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF, Congresso Nacional, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca**. Brasília: Corde, 1994. Disponível em: <[HTTP://portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br) />. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física/Secretaria de Educação Fundamental**. - Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física /Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: ME /SEF, 1998.

CARMO, Apolônio Abadio do. Atividade motora adaptada e inclusão escolar: caminhos que não se cruzam. In: RODRIGUES, David. **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006. cap. II, p. 51-61.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CASTELANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1999. (Coleção Educação Especial, 1).

COSTA, V. C. **Nutrição Clínica: da gestação ao envelhecimento** Dietoterapia em condições clínicas especiais: síndrome de Down. Ribeirão Preto - SP, Agosto de 2008. Disponível em: <[HTTP://neurociencia.tripod.com/](http://neurociencia.tripod.com/)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CUNNINGHAM, C. **Síndrome de Down: uma introdução para pais e cuidadores**. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994.

DIAS, D. A. MARTINS, D. R. **O aluno portador de Síndrome de Down nas aulas de educação Física: A importância da formação do professor, para garantir sua participação**. 2004. Tucuruí. PA.

FERREIRA, Vanja. **Educação Física Adaptada, Atividades Especiais**. Editora Sprint. ed.1, 2010. p.02-80.

FLABIANO, F. C., BÜHLER, K. E. C. B., LIMONGI, S. C. O. Desenvolvimento cognitivo e de linguagem expressiva em um par de gêmeos dizigóticos: influência da síndrome de Down e da prematuridade associada ao muito baixo peso. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 14, n. 2, 2009.

FONSECA, Vitor da **Educação especial: programa de estimulação precoce** – Uma introdução às ideias de Feuerstein, Editora Artes Médicas. ed.2, Porto Alegre: 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, M.; OLIVEIRA; G. S. **História da síndrome de Down**. Natal – RN, outubro 2006. Disponível em: <[HTTP://www.meiregomes.med.br/](http://www.meiregomes.med.br/)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

GUEBERT, Mirian C. C. **Inclusão: uma realidade em discussão**. 2 ed. Curitiba: IBPEX, 2007.

HEGARTY. “**Integration and the Teacher**” in: C.J.W, Meyer, S.J.Pijl and S. Hegarty (eds.) *New Perspectives in Special Education: a Six Country Study of Integration*, London, Routledge.

MAIA, Christiane M. **Quem olha quem? Câmeras on line na escola de educação infantil**. Porto Alegre. 2005. Projeto de Tese de Doutorado PPGEDU/ UFRGS.

MENESTRINA, E. **Educação Física e saúde**. Ijuí, RS. Unijuí, 2000. MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. **Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

MUTSCHELE, M. S. **Como desenvolver a psicomotricidade**. 2ed. São Paulo: Loyola, 1998.

PUESCHEL, S. M. **Síndrome Down: guia de pais e educadores**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

SCHWARTMAN, J. S. **Síndrome de down**. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 1999.

SILVA, M. B. da; SCHAPPO, V. L. **Introdução a Pesquisa em Educação**. Florianópolis: UDESC, 2004.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: ArtMed, 2001 332 p.

SOARES, Carmen L. et. al. (Coletivo de autores) **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOLER, R. **Educação Física Inclusiva na Escola**: em busca de uma escola plural. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri. SP: Manole, 2004.